



## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR MEDIANTE O USO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA CONTEMPORANEIDADE

### *THE CHALLENGES OF HIGHER EDUCATION THROUGH THE USE OF DIGITAL MEDIA IN CONTEMPORARY TIMES*

Everton Rodrigues Martins – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>

Aline Luzia de Mello - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo se propõe a discutir a respeito da utilização das mídias digitais na educação em tempos de pandemia, principalmente em relação à implantação do ensino remoto emergencial de maneira tão inesperada e sem capacitação docente, de modo que possamos refletir sobre suas implicações para a contemporaneidade. Para analisar a abordagem, a metodologia adotada é de ordem qualitativa, tendo como subsídio os estudos e pesquisas já publicadas nesta temática, visando examinar um conjunto de informações a respeito do uso das tecnologias na educação. Partindo deste movimento analítico que abrange o uso das mídias digitais, entendemos ser possível contribuir para um maior conhecimento acerca do tema. Para embasar a nossa pesquisa foram utilizados, principalmente, os estudos dos autores: Mill e Veloso (2022), Moreira e Schlemmer (2020), Santos (2020) e Gusso (2020). Tais estudos trouxeram evidências de que a velocidade das transformações tecnológicas exige adequação sistêmica no contexto educacional, demonstrando a necessidade de constante atualização na capacitação dos professores e na infraestrutura escolar. Quanto aos desafios que emergem na educação superior, surgem a ampliação das desigualdades educacionais, a fragmentação do processo de ensinar e a sobrecarga docente no enfrentamento das aulas no ensino remoto emergencial.

**Palavras-chave:** Educação superior; Mídias digitais; Pandemia; Ensino remoto emergencial.

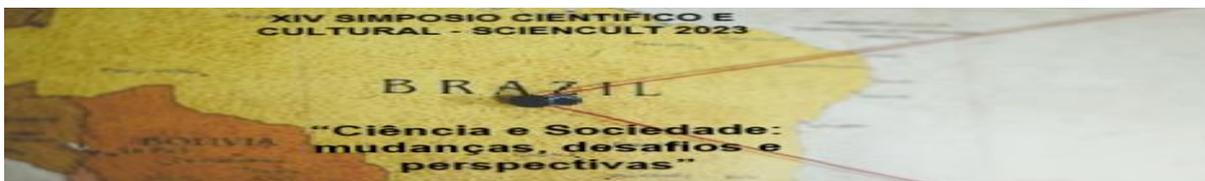
#### **ABSTRACT**

This article aims to discuss about the use of digital media in education in times of pandemic, especially in relation to the deployment of emergency remote education in such an unexpected way and without teacher training, so that we can reflect on its implications for contemporaneity. To analyze the approach, the methodology adopted is qualitative, having as a subsidy the studies and research already published in this theme, aiming to examine a set of information about the use of technologies in education. Starting from this analytical movement covering digital media, we believe it is possible to contribute to a greater

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba-MS.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba-MS.



knowledge about the subject. To support our research were used mainly the studies of the authors: Mill and Veloso (2022), Moreira and Schlemmer (2020), Santos (2020) and Gusso (2020). These studies brought evidence that the speed of technological transformations requires systemic adequacy in the educational context, demonstrating the need for constant updating in teacher training and school infrastructure. As for the challenges that emerge in higher education, arise the expansion of educational inequalities, the fragmentation of the teaching process and the teacher overload in facing classes in emergency remote education.

**Keywords:** Higher education; Digital media; Pandemic; Emergency remote education.

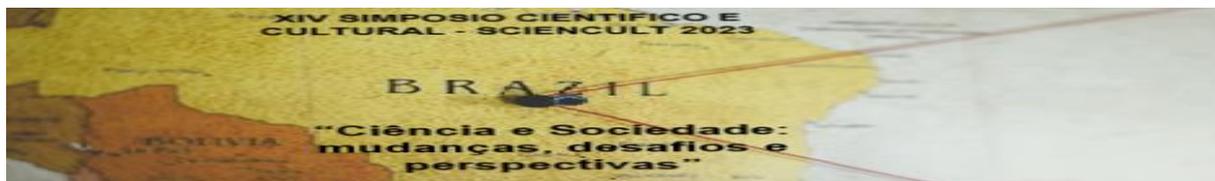
## INTRODUÇÃO

O presente artigo deriva de estudos acerca dos usos das mídias digitais na educação superior no período da pandemia da covid-19, de modo que o ensino remoto emergencial foi introduzido durante a pandemia como uma alternativa para dar continuidade ao ensino. O objetivo é analisar os reflexos e os desafios para a educação mediante a utilização das mídias digitais no processo de ensino-aprendizagem e a experiência vivenciada com o ensino remoto emergencial nos permite fazer uma análise sobre o assunto.

O cenário pandêmico trouxe à tona momentos de aflição e incertezas para a sociedade e teve grande repercussão na área da educação, pois a educação precisou passar por intensas e necessárias adaptações e reformulações (BELÉM; FURTADO, 2020) impostas pela propagação do coronavírus, uma vez que, de forma repentina, houve a necessidade de paralisação das aulas presenciais.

Embora esse fenômeno tenha imposto as instituições de ensino superior o desafio de se adequar a um novo formato de ensino, muitos professores não tiveram tempo suficiente e preparação adequada para dar conta da demanda exigida para o processo de sua formação. É importante frisar que esse cenário abre precedentes para a análise de um conjunto de informações relevantes sobre as mídias digitais na educação superior.

Os professores que estavam nas instituições de ensino, principalmente nos anos de 2020 e 2021, auge da pandemia, tiveram que adequar-se a essa maneira de ensinar e aprender por meio da gravação de videoaulas, de videochamadas e do envio de atividades via plataforma escolhida a critério da instituição de ensino e com base nos recursos financeiros de cada uma. Aliás, vale destacar que, em boa parte do Brasil, ocorreu a adesão do Ensino



Remoto Emergencial (ERE) para a realização de trabalhos por meios virtuais, como as reuniões.

Em cena, estavam professores cheios de dúvidas sobre como cumpririam seus planos de ensino, construídos com base em ementas e matrizes curriculares fortemente alicerçadas nas materialidades do ensino presencial, adequando-se para uma realidade que, até então, encontrava-se diante de dúvidas e incertezas (o ensino remoto emergencial).

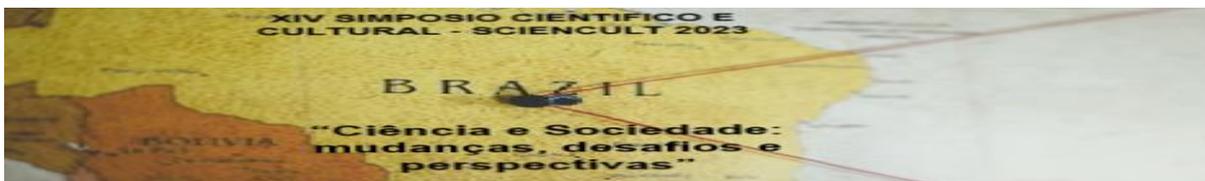
Nesse sentido, mostra-se importante a análise do ensino remoto emergencial na pandemia para que possamos realizar um balanço fecundo sobre o uso das mídias digitais na educação, ainda mais porque alguns autores teceram críticas a respeito desse tipo de ensino, alegando ser ele um projeto que se alinha à ideia de educação a distância, assujeitando-se aos interesses mercadológicos que, segundo Galvão e Saviani (2021), acirrou a precarização do trabalho docente.

Embora as tecnologias digitais façam parte da nossa realidade social e, para Miskolci (2016, p. 1), estamos “vivendo a consolidação de transformações tecnológicas e sociais articuladas e que não podem mais ser compreendidas em separado [...]”, inclusive no espaço escolar, não podemos ignorar o debate sobre essas mudanças que estão ocorrendo. Isso, possivelmente, nos colocaria numa posição desfavorável em relação ao que está ocorrendo na contemporaneidade (KENSKI, 2008), de modo que o que está em evidência não são as propriedades técnicas, mas as transformações sociais provocadas por essa nova arquitetura tecnológica.

Portanto, este artigo mostra-se favorável em discutir aspectos atinentes à educação e às mídias digitais, tendo como ponto de partida compreender os usos das mídias digitais na educação superior no ensino remoto emergencial. Posteriormente, será apresentada a discussão sobre os desafios que emergem na educação superior devido ao uso das tecnologias, de modo que seja possível contribuir para um maior conhecimento acerca do tema.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Com a metodologia pautada em uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório, que visa analisar os usos das mídias digitais na educação superior, o material de análise é fruto de estudos e pesquisas realizadas e publicadas. Primeiramente, buscamos fazer uma



revisão a respeito dos conceitos de ensino remoto emergencial - ERE e de educação a distância, baseando-nos em autores como: Mill e Veloso (2022), Moreira e Schlemmer (2020) e Galvão e Saviani (2021), que apresentam pontuações importantes sobre o ERE no contexto da pandemia. Desse modo, este artigo é resultado de uma revisão bibliográfica e documental.

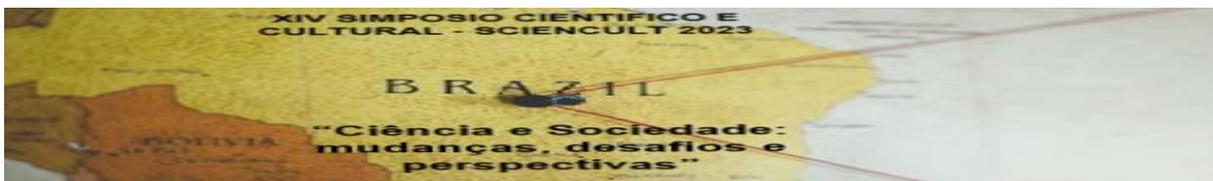
Além disso, utilizamos teses, projetos, livros, revistas, dissertações e artigos relacionados à educação superior em tempos de pandemia, entendendo que a utilização das mídias digitais no ensino remoto emergencial foi relevante para compreender as mudanças que emergem no cenário educacional. Para tal observação, utilizamos como aporte teórico autores como Santos (2020), Castro e Queiroz (2020), Gusso (2020), entre outros.

Por fim, após o levantamento e a análise das informações obtidas através dos referenciais teóricos, os dados foram observados, de modo que procuramos encontrar tendências na documentação obtida, assim como categorizamos esses dados para encontrar campos de sentido, identificando e selecionando fatos de significação para o tratamento analítico das informações em relação aos objetivos teóricos e práticos da investigação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O uso das mídias digitais no ambiente escolar é uma discussão complexa e gerou tensões ainda maiores com o ensino remoto emergencial na pandemia. Estudos e pesquisas problematizam as experiências e os desafios vividos durante o ERE e os esforços teóricos têm se alternado entre uma cisão ou uma aproximação do que se convencionou chamar de Ensino Remoto Emergencial e Educação a Distância. Esse formato adotado, de maneira emergencial, por vezes foi reduzido às críticas da educação a distância, principalmente em relação à qualidade do processo de ensino e aprendizagem que utiliza as tecnologias digitais.

Evidentemente que ambos os formatos de ensino possuem similaridades em comum, como o uso de equipamentos tecnológicos e a distância física entre os envolvidos. Porém, é preciso deixar claro que o ensino remoto emergencial e a educação a distância possuem algumas diferenças. A inserção das mídias digitais no ERE não pode ser compreendida como um processo estruturado e como um caso de sucesso, pois elas foram introduzidas de forma repentina. Por se tratar de uma modalidade temporária, que na pandemia passou a ser utilizada como uma “alternativa”, ela não contempla uma estrutura que a educação a distância oferece,



com tutores, plataformas, disciplinas e conteúdos elaborados exclusivamente para esse formato de ensino.

Assim, o fato de tentarmos essa “ressignificação” na tentativa de conceituar uma modalidade em comparação à outra faz com que muitos cometam o equívoco de julgar uma modalidade melhor ou pior que outra (CASTRO; QUEIROZ, 2020).

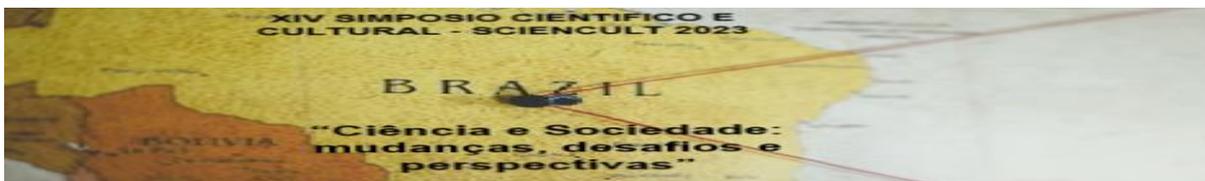
Os avanços tecnológicos acontecem de forma acelerada, de modo que a comunidade escolar, a direção, a coordenação e os professores passam a lidar com uma nova realidade. A velocidade das transformações tecnológicas exige adequação sistêmica no contexto educacional, demonstrando a necessidade de constantes atualizações na capacitação dos professores, dos diretores e dos alunos, e de melhorias na infraestrutura das instituições de ensino.

Quanto aos desafios que emergem na educação superior, é importante mencionar que a presença das mídias digitais na educação representa um universo complexo e que ainda precisa ser melhor analisada e compreendida. O que temos até o momento sugere a ampliação das desigualdades educacionais, a fragmentação do processo de ensinar, em meio à sobrecarga docente no enfrentamento desconcertante das aulas remotas.

Ademais, é necessário que haja a reinvenção da escola como espaço de aprendizagem para que ela possa cumprir o seu papel como entidade formadora de estudantes e de cidadãos conscientes com ética e responsabilidade perante a sociedade em que estão inseridos. Também há a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para essa problemática da educação, bem como o acesso a uma educação de qualidade para todos. A esse respeito, não estamos pretendendo relativizar o assunto em questão, mas de pensar em como melhorar a educação, considerando novas formas de ensinar e aprender.

## **ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

No ano de 2020, reformulações no calendário das instituições de ensino superior foram necessárias devido à pandemia da covid-19, fazendo com que todas as ações para o ano letivo de 2020 e 2021 fossem repensadas. Gestores ficaram imersos na administração de uma crise multidimensional que incluiu a elaboração de complexos protocolos de segurança sanitária, passando pela iminente perda de receita com as desistências ou trancamentos de



matrículas, até as reflexões mais complexas de ordem pedagógica e/ou de saúde mental e emocional de estudantes, docentes e demais empregados do corpo técnico-administrativo.

Por isso, as instituições de ensino superior tiveram que mudar a forma de pensar e fazer para dar continuidade ao ensino e para se adequar às recomendações e aos protocolos de saúde no combate e prevenção do vírus. O distanciamento social foi uma destas ações emergenciais e, com isso, as aulas passaram a ser de forma remota, além de haver a antecipação do recesso escolar, a reorganização do calendário e de outras atividades que o momento exigiu.

Na medida em que a quarentena se estendeu, professores e alunos ficaram cada vez mais distantes fisicamente e conectados apenas por meio de um único recurso possível, a tecnologia. As novas plataformas e o modelo de ensino remoto transformaram o conceito de escola e impactaram, principalmente, o trabalho docente e o desenvolvimento dos alunos a curto e longo prazo.

Com a suspensão das aulas em meio ao agravamento da pandemia, instituições de ensino superior passaram a trabalhar e a ministrar as suas atividades com o auxílio das tecnologias digitais. Este formato provocou tensões no ambiente escolar e colocou no centro do debate diversos questionamentos sobre essa proposta de caráter emergencial e temporário, a qual foi apreciada sem uma discussão mais aprofundada. A decisão de retomar as aulas por meio do ensino remoto emergencial gerou uma preocupação em toda a comunidade acadêmica não só em termos de tempo para preparação e adequação deste novo modelo, mas também em relação à qualidade do ensino.

Somam-se às críticas ao ERE os esforços teóricos que visam estabelecer uma cisão ou uma aproximação do que se convencionou chamar de Ensino Remoto Emergencial e Educação a Distância. Com efeito, convém dizer que as experiências vivenciadas no ensino remoto apresentam evidências em comum entre ambas as modalidades, porém existem diferenças que precisam ser levadas em consideração, sem cometermos o risco de conceituar e definir todo e qualquer tipo de ensino por meio do uso das tecnologias digitais como equivalentes.

Inicialmente, a educação a distância é uma modalidade que contrapõe os paradigmas tradicionais e que “consiste em utilizar as tecnologias da internet para propiciar um amplo conjunto de soluções que objetivam servir de suporte para que a aprendizagem ocorra”



(MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 13). Muitos estudiosos tomam como ponto de partida o critério de distanciamento físico entre os participantes, enfatizando as relações de “tempo e espaço” entre os atores do processo ensino-aprendizagem (CASTRO e QUEIROZ, 2020). Nessa linha de pensamento, Mill e Veloso (2022) concordam ao afirmarem que “esse processo pode ser melhor definido, levando em consideração docentes e discentes distantes no tempo e/ou espaço, dependendo das tecnologias que viabilizam a interação pedagógica”. Para isso, a EaD possibilitaria a flexibilidade quanto ao tempo e ao espaço, especificidades intrínsecas que propiciam formação a estratos historicamente marginalizados (MILL e VELOSO, 2022).

Para Castro e Queiroz (2020, p.7):

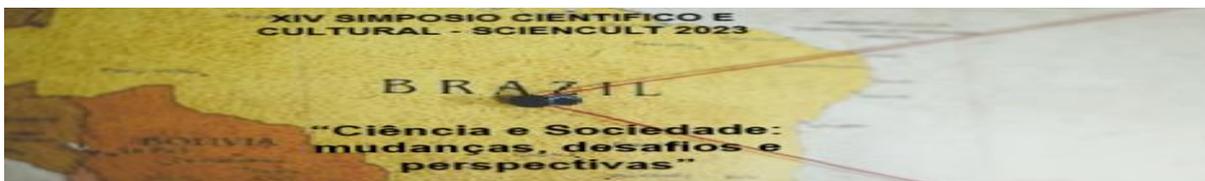
a mediação didático-pedagógica na EaD requer um planejamento de ensino necessariamente apoiado por tecnologias digitais adequadas aos objetivos de aprendizagem onde o processo de construção do conhecimento acontece por meio de conexões estabelecidas entre todos os elementos que compõem o processo ensino-aprendizagem. Esse planejamento, portanto, não se dá de forma pontual, mas deve acontecer em uma perspectiva integral e contínua.

Com base na afirmação dos autores, a EaD é uma modalidade educacional que requer todo um planejamento, contando com um ambiente físico e virtual adequados e preparados para o desenvolvimento das atividades de ensino e de aprendizagem. Portanto, consiste em contar com estrutura tecnológica e plano de ensino estruturados para que a interação ocorra entre os sujeitos e as tecnologias (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020).

Vejam os que dizem os autores Castro e Queiroz (2020, p. 7):

A priori, tomemos como ponto de análise a caracterização da EaD como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e a aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e de comunicação.

Na educação a distância, as tecnologias digitais viabilizam a interação pedagógica, no entanto ela não pode ser concebida como um processo finalístico em si, antes deve-se dar importância ao aparato tecnológico como mediador do processo (CASTRO; QUEIROZ, 2020). Para propor soluções para que a aprendizagem ocorra, deve-se ter em mente que ela “consiste num processo de que enfatiza a construção e a socialização do conhecimento” (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 14).



Conforme apresenta Mill e Veloso (2022), o processo educacional deve ser entendido em termos de “organização e intencionalidade”, sendo que a preocupação deve estar alinhada numa perspectiva que implique qualidade, infraestrutura adequada, profissionais devidamente preparados e planejamento com equipe multidisciplinar. Essas são características cientificamente mensuráveis *a posteriori*, isto é, depois da materialização da prática.

O “fato de estarem geográfica e temporalmente dispersos nada tem que ver com ausência no ensino-aprendizagem, como também compartilhar um mesmo espaço físico na sala de aula tradicional não garante, *per se*, proximidade entre os envolvidos” (MILL e VELOSO, 2022, n.p.). Por esse motivo, os autores ainda fazem questão de mencionar que, ao falar desse processo, não estamos nos referindo aos demais processos que prescindem de “objetivos pedagógicos”, “em grande parte dos casos, estas tecnologias foram e estão a ser utilizadas numa perspectiva meramente instrumental, reduzindo as metodologias e as práticas a um ensino apenas transmissivo” (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 7).

A suspensão das atividades presenciais obrigou as instituições de ensino superior a se adaptarem à realidade da pandemia, contudo há um risco em tentar associar as experiências vividas pelos docentes no ensino remoto como equivalente à educação a distância. O uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem é uma característica do EaD, porém ainda necessitamos de estudos e pesquisas para analisar e produzir resultados mais aprofundados, principalmente em relação ao ERE em tempos de pandemia.

Tem-se em Mill e Veloso (2020, p.7) uma distinção entre “ensino a distância” e “educação a distância”:

a diferença precípua estaria no caráter conteudista do primeiro, centrado na transmissão e na comunicação unidirecional; enquanto a segunda, com proeminência no fim da década de 1990 e apoiando-se especialmente nas tecnologias digitais, orienta-se pela centralização na aprendizagem, proporcionando autonomia aos estudantes e lançando mão de recursos tecnológicos de comunicação e interação em rede que viabilizam o trabalho colaborativo e a interatividade.

Com base na explicação dos autores, podemos afirmar que o ensino remoto emergencial utilizado na pandemia possui características que, a princípio, se aproximam de um teor mais centrado na transmissão e na comunicação unidirecional e permite pouca interação entre aluno e professor. A experiência com o ERE evidenciou uma sobrecarga de atividades docentes, o estresse e o esgotamento foram intensificados, houve situações



inusitadas do “*home office*” e, de forma bastante recorrente, ocorreu a ruptura ou o afrouxamento da relação professor-estudante, comumente nos termos de uma divisão de mundos.

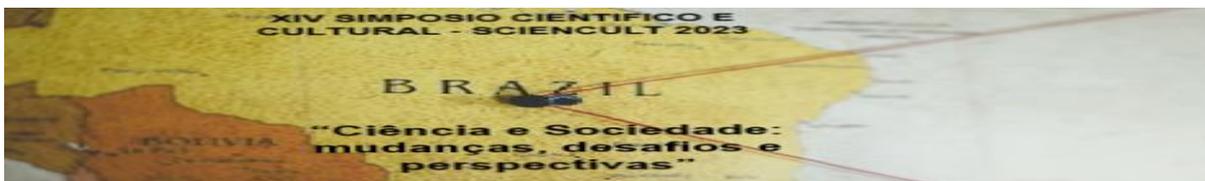
O caso do ensino remoto se trata de uma modalidade emergencial e temporária, que passou a ser utilizada como uma “alternativa” porque na pandemia as aulas presenciais foram interrompidas e “não houve uma fase de testes e validação da inserção do ensino a distância para os cursos que são estritamente presenciais” (PRIMO, 2020, p. 138). Sendo assim, podemos dizer que essa “alternativa” se aproxima mais do caráter de transmissão de conteúdo.

Embora Galvão e Saviani (2021) também façam crítica pesada à EaD, concordamos com eles que os interesses mercadológicos podem se sobrepor à educação a distância para blindar e mascarar as intenções do ensino, que, ao que tudo indica, causará a precarização não só em termos de ensino-aprendizagem, mas também o de “uberização” do trabalho docente. Conforme Galvão e Saviani (2021, p. 39):

[...] a docência na ‘uberizada’ terá na experiência do ‘ensino’ remoto uma alavanca a serviço dos interesses mercadológicos pós-pandemia e também convirá aos reitores que estiverem buscando uma “saída” para a crise orçamentária que vivem as instituições de ensino superior, cada vez mais estranguladas pelos cortes aplicados pelo governo federal.

Como se nota, há uma preocupação dos autores em relação ao futuro da educação, principalmente pelas vivências no ensino remoto emergencial, tendo em vista que houve uma “exaustão” do trabalho docente. Os professores passaram boa parte do seu tempo em função das atividades escolares, atendendo os pais, os alunos e a coordenação, em diversos horários e dias e essa é uma preocupação de Galvão e Saviani (2021, p. 39) de que a “tecnologia se converta em instrumento de submissão da força de trabalho a um tempo sem limite, conduzindo o ser humano à exaustão”. Ao invés disso, Galvão e Saviani (2021, p. 39) acreditam que:

a tecnologia, desde a origem do ser humano, não é outra coisa senão a extensão dos braços humanos, visando facilitar o seu trabalho. E, hoje, com o advento da automação, toda a humanidade poderia viver confortavelmente com o mínimo de horas de trabalho diário, liberando o tempo disponível para o cultivo do espírito, abrindo-se para as formas estéticas, ou seja, para a apreciação das coisas e das



peçoas pelo que elas são em si mesmas, sem outro objetivo senão o de relacionar-se com elas (2021, p. 39).

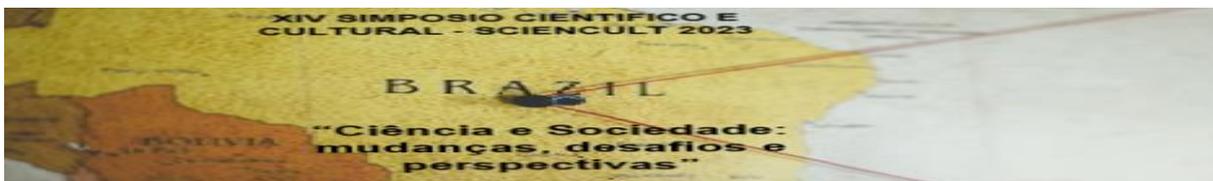
Segundo os autores, a educação não pode ocorrer desprovida de meios e técnicas capazes de promoverem uma ação educativa de qualidade, seja ela presencial, seja a distância, considerando que, para isso, deve-se envolver planejamento, infraestrutura robusta e pessoal qualificado (MILL; VELOSO, 2022), uma vez que “a tecnologia sozinha não muda as práticas pedagógicas” (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 14), senão estaríamos alimentando a descontinuidade do processo educativo.

## DESAFIOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O cenário da pandemia repercutiu fortemente nas instituições de ensino que há tempos tem envidado os problemas que assolam a sociedade e o próprio espaço formal da educação, considerando que, durante muito tempo, a educação tem resistido às situações desafiadoras, que, de certo modo, colocam em risco a continuidade do ensino, como o corte ou a redução de investimentos públicos. Desse modo, de acordo com Santos (2020, p. 6), “a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise em que a população mundial tem vindo a ser sujeita”.

É importante a explicação de Santos para que possamos realmente compreender que a pandemia apenas expõe os reflexos de uma crise imposta pelo capitalismo, na qual os interesses econômicos do mercado são determinantes para a redução dos investimentos públicos. Podemos falar que a crise mais aguda que estamos vivendo deriva dos cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou da degradação dos salários (SANTOS, 2020) sob a justificativa de equilíbrio fiscal, como foi o caso da emenda constitucional n.º 95 de 15 de dezembro de 2016.

Essa é uma realidade que temos experimentado nos últimos anos, em que a população, em particular a mais carente, tem sofrido com a falta de assistência do governo. Dessa maneira, “a pandemia se torna mais enfática e assustadora, revelando as diferenças sociais e tornando públicas as situações de misérias que grande parte da população mundial vive” (CASTRO e QUEIROZ, 2020, p. 4). Em meio a tudo isso, o cenário pandêmico impôs à educação, mais precisamente à educação superior, a sobreviver tanto diante do desafio da



obscuridade da ameaça do vírus quanto das reformas neoliberais que têm retirado recursos públicos da sociedade.

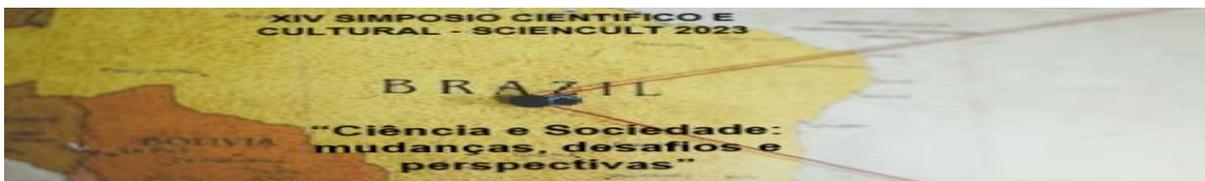
Devido ao aumento exponencial de contágio do vírus e frente à necessidade de frear o avanço da covid-19, as Instituições de Ensino Superior (IES) tiveram que interromper temporariamente as aulas presenciais e, em face dessa decisão provisória, foi imposto às IES recorrerem ao modelo de ensino não presencial como alternativa paliativa para tentar dar continuidade às atividades de ensino e garantir o calendário acadêmico. Conforme Borssoi (2020, p. 195):

Embora seja compreensível a continuidade diante da crise sanitária, parece-me que a preocupação está em salvar o calendário letivo, na mesma lógica da lucratividade do capital, sem pensar nas consequências reais em que vivem os alunos, os professores e os pais, sem reflexão mais profunda dos impactos nas questões materiais, objetivas, emoções e aprendizagem humana, que nós todos estamos a viver.

Neste ínterim, o Conselho Nacional de Educação (CNE) editou algumas medidas no sentido de possibilitar a reorganização das “atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação do covid-19”, como foi o caso da portaria n.º 343, de 17 março de 2020, que “autoriza, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais”.

Muito embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/96 preveja que “na educação superior, o ano regular, independente do ano civil, tem no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo [...]”, o Congresso Nacional reconheceu o estado de calamidade e aprovou “o Decreto Legislativo, artigo 65 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000”. Em função disso, o CNE/CP, mediante o parecer n.º 15/2020, no seu artigo 25, assegurou que “no período de estado de calamidade pública, em caráter excepcional, as IES ficaram dispensadas da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico”.

Mediante a essencialidade de adaptação do modelo de ensino não presencial, a realização das atividades acadêmicas dependeu da aplicabilidade do uso de ferramentas e tecnologias digitais devido ao distanciamento físico entre docentes e discentes. Esta proposta pedagógica de ensino, por meios digitais, é uma pauta que encontra respaldo legal na própria LDB/96 que, segundo Gusso (2020, p. 4):



no que se refere ao ensino por “meios digitais” (ofertados por instituições de Ensino Superior brasileiras antes da pandemia), já havia possibilidade de que cursos de graduação presenciais fossem compostos por atividades desenvolvidas, na modalidade Educação a Distância (EAD).

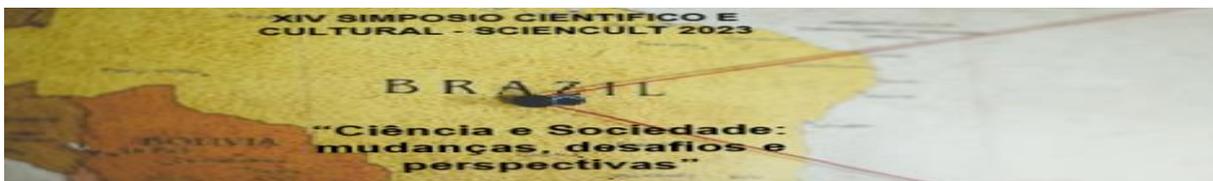
O parecer CNE/CP n.º5/2020 menciona que, na educação superior, “já há uma tradição de utilização de mediação tecnológica tanto no ensino presencial quanto no ensino a distância”, pressupondo que neste espaço de ensino ocorreria uma mudança menos agressiva, sobretudo em relação ao uso dos recursos educacionais. Isso, de certo modo, foi uma forma de estender além do período pandêmico a possibilidade de uso de ferramentas e tecnologias digitais, uma vez que “o parecer dá ênfase à adoção de atividades por meios digitais e ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem como forma de substituir as atividades presenciais, viabilizando continuidade do ensino durante a pandemia” (GUSSO *et al.*, 2020, p.4).

Apesar de todo esse esforço em conseguir manter a continuidade das atividades escolares diante do cenário pandêmico:

O ponto chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares (PARECER, CNE/CP n.º 5/2020).

No âmago dessa discussão sobre o uso das mídias digitais na educação, em particular sobre o ensino remoto em tempos de pandemia, há preocupações e desafios em relação ao ensino e à aprendizagem, sobretudo em relação às mudanças repentinas ocorridas na maneira de agir e de pensar entre os professores e os alunos. Apesar de tudo isso, não devemos desconsiderar que o cenário pandêmico contribuiu para a discussão sobre a educação através da utilização das mídias digitais, sem desconsiderar que ainda estamos na fase inicial desse processo de debate sobre os efeitos desse cenário.

Por ora, não podemos ignorar que os usos das mídias digitais no ensino remoto emergencial impuseram desafios à educação superior, e furtar-se a esse debate possivelmente nos colocaria numa posição desfavorável a respeito desse novo paradigma social mediante as novas formas de interação e de comunicação oferecidas pelas mídias digitais. Certamente a pandemia forçou muitos professores a experimentarem novas formas e possibilidades de ensinar e aprender, porém há a necessidade de uma leitura mais aprofundada sobre tudo que



aconteceu nesse período, bem como há muito o que discutir sobre os desafios encontrados referentes ao processo de ensino e de aprendizagem.

Assim sendo, conforme os autores Castro e Queiroz (2020, p. 5), “talvez este momento de pandemia seja capaz de demonstrar que é possível fazer uma educação escolar mais próxima da realidade dos estudantes da geração Y e Z”. Nesse sentido, com a crise sanitária causada pelo novo coronavírus, houve a necessidade de discutir e de tratar de muitas questões não só em razão das reformas neoliberais que têm retirado os direitos da sociedade, como também em pensar nas transformações que estão ocorrendo em meio a estas novas gerações.

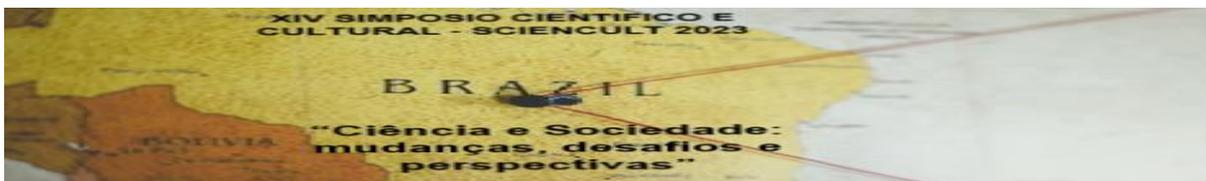
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia ocasionada pelo coronavírus trouxe modificações de ordem técnica e pessoal para os professores e para os alunos. Docentes do mundo todo tiveram que enfrentar uma nova realidade, na qual novas formas de ensinar e aprender foram pautadas em uma nova maneira de comunicação entre os alunos e os professores por meio do uso das tecnologias na educação.

Assim, esse fenômeno pandêmico permitiu fazermos alguns apontamentos sobre a educação mediante o uso das mídias digitais, especialmente no sentido de pensar as rupturas que essa nova arquitetura impõe, sem desconsiderar que o ensino remoto emergencial foi uma proposta repentina em virtude da necessidade de interromper temporariamente as aulas presenciais.

É importante destacar que estamos diante um novo paradigma social com a presença das tecnologias digitais, em que o nosso esforço é exigido para tentar compreendermos a realidade muito além do que os aparatos técnicos possam representar. O uso das mídias digitais na educação, mais especificamente na educação superior, demonstra que devemos pensar na possibilidade de novas formas de ensinar e aprender, sobretudo em função das novas maneiras de agir e de interagir entre professores e alunos.

Com efeito, as mídias digitais têm muito a oferecer para a atualidade, contudo não devemos desconsiderar a relevância da estrutura das instituições de ensino, dos professores e da qualidade do ensino, além de tantas outras questões que podem ser colocadas, ainda mais



quando há muitas questões passíveis de serem estudadas e analisadas, não só em relação à educação superior, mas também no que diz respeito à educação de modo geral, mediante essa nova arquitetura tecnológica.

Embora este cenário tenha sido desafiador em termos de “adaptações e reformulações” para a educação, é importante deixar claro que a nossa pretensão foi muito além do que propriamente circunstanciar esses fatos e acontecimentos como eventos específicos da pandemia, pois os desafios da educação através do uso das mídias digitais e, certamente, esse espaço temporal nos permitiu explorar alguns aspectos relevantes.

O avanço tecnológico acontece de forma acelerada e nem todos da sociedade, por vários fatores, conseguem acompanhá-lo. Portanto, este estudo trouxe evidências de que a velocidade das transformações tecnológicas exige adequação sistêmica no contexto educacional, demonstrando a necessidade de constante atualização na capacitação dos professores e na infraestrutura tecnológica da escola.

Por fim, cumpre frisar que a utilização das mídias digitais na educação em tempos de pandemia foi uma proposta utilizada para dar continuidade ao processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que os espaços físicos das instituições foram trocados pelas mais diversas plataformas virtuais. Sendo assim, é relevante mencionar que a natureza inesperada dos eventos ainda vai se desenrolar no futuro, muitos estudos ainda vão surgir. Este aprendizado está apenas começando, por isso é importante manter a discussão sobre as oportunidades apresentadas e explorar as adversidades provocadas no meio educacional em virtude da pandemia da covid-19.

## REFERÊNCIAS

BORSSOI, Berenice Lurdes. Vida humana, trabalho e educação em tempos de pandemia. *In*: MORAES, Denise Rosana da Silva; SUZUKI, Júlio Cesar; BORGES, Valterlei (Orgs.).

**Análise de uma pandemia**: diálogos políticos e pedagógicos. São Paulo/SP, FFLCH/USP, 2020, p. 194-208.

BRASIL. **Lei n.º 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília/DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 05 set. de 2022.

BRASIL. **Parecer CNE n.º 15/2020**. Diretrizes nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais



excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Brasília/DF, 7 jul. 2020. Disponível em: <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECPN152020.pdf?query=2020](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN152020.pdf?query=2020)>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CP N°5/2020**. Dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia covid-19. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Brasília/DF, 28 abr. 2020. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, 18 mar. 2020, Brasília/DF, Seção 1, p. 39. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/03/2020&jornal=515&pagina=39&totalArquivos=125>>. Acesso em: 10 set. 2023.

CASTRO, Eder Alonso; QUEIROZ, Eliziane Rodrigues de. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Revista Nova Paideia: Revista Interdisciplinar em educação e pesquisa**. Brasília/DF, v.2, n.3, p. 3-17, 2020.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro/RJ, v.30, n.114, p.73-93, fev. 2022.

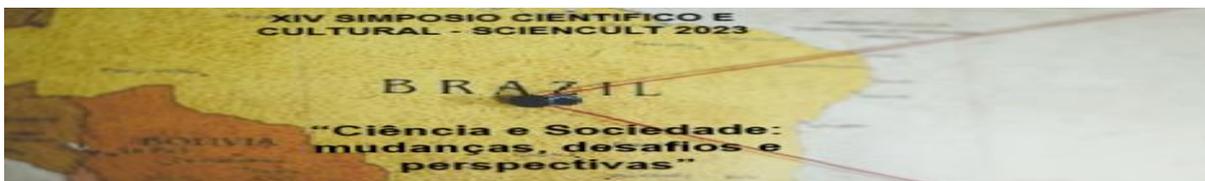
FURTADO, Geciel Ranieri; BELÉM, Breno de Campos. **A pandemia de covid-19 e o ensino remoto no ensino superior**. Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre, v.2, n.11. 2020.

GALVÃO, Ana Carolina; SAVIANI, Dermeval; Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *In*: Pandemia da covid-19: trabalho e saúde docente. Brasília/DF, **Universidade e Sociedade**, n.º 67, jan. 2021, p. 36-49.

GUSSO, Hélder Lima *et al.* Ensino Superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. Campinas/SP, **Debates & Polêmicas**, v.41, n.1, p.1-27, 2020.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e comunicação: interconexões e convergências. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.29, n.104 – especial, p.647-665, out. 2008.

KENSKI, Vani Moreira; MEDEIROS, Rosângela Araújo; ÓRDEAS, Jean. Ensino superior em tempos mediados pelas tecnologias digitais. Belo Horizonte/MG, **Trabalho & Educação**, v.28, n.1, p. 141-152, fev. 2019.



MISKOLCI, Richard. **Sociologia digital**: notas sobre pesquisa na era da conectividade. Contemporânea: **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016.

MILL, Daniel; VELOSO, Braian. Educação a distância e ensino remoto: oposição pelo vértice. **SciELOPreprints**. jan. 2022. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3506>. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3506/6410>>. Acesso em: 9 maio de 2023.

MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiânia/GO, v. 20, n. 26, mai. 2020.

PRIMO, Renan. Quais os limites para o ensino a distância? *In*: MORAES, Denise Rosana da Silva; SUZUKI, Júlio Cesar; BORGES, Valterlei (Orgs.). **Análise de uma pandemia**: diálogos políticos e pedagógicos. São Paulo/SP: FFLCH/USP, 2020, p. 136-141.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. Ebook. Disponível em: <[https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro\\_Boaventura.pdf](https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2023.